



José Eduardo Carvalho insiste que Portugal não pode continuar a aumentar a carga fiscal castigando os sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa e acusa a banca de falta de compromisso com a economia do país.



**José Eduardo
Carvalho**

José Eduardo Carvalho escreveu um texto para a revista Executive Digest onde aborda as preocupações que põem em causa a economia nacional e o futuro de muitas empresas. Para o dirigente empresarial "a manutenção das elevadas taxas de juro com reflexo no acesso ao crédito; a volatilidade dos custos energéticos; a carência de recursos humanos qualificados; e a forte pressão para o aumento de salários; irão obrigar as empresas portuguesas a um redobrado esforço de gestão. O crescimento dos processos de insolvência no 2.º semestre de 2023 (19,7% até Outubro) e a falta de compromisso de alguns bancos com a economia nacional, são indicadores preocupantes que poderão

provocar um choque de selecção no segundo segmento acima referido".

Num artigo cheio de referências à falta de políticas de ajuda às empresas, JEC fala do fosso ainda muito grande entre Portugal e os outros países da UE, embora reconheça que houve "uma mudança estrutural da economia portuguesa que se baseou no aumento significativo da sua competitividade externa e na melhoria da qualificação dos empregos".

"O abrandamento da economia nacional; a contração económica dos nossos principais mercados de exportação; a manutenção das elevadas taxas de juro com reflexo no acesso ao crédito; a volatilidade dos custos energéticos; a carência de recursos humanos qualificados; e a forte pressão para o aumento de salários; irão obrigar as empresas portuguesas a um redobrado esforço de gestão" em 2024, escreve, acrescentando que "a falta de compromisso de alguns bancos com a economia nacional, são indicadores preocupantes".

Dimensionamento empresarial

José Eduardo Carvalho considera que "o dimensionamento empresarial é o maior desafio da economia portuguesa. Enquanto a nossa estrutura empresarial continuar com 7400 médias empresas e 1300 grandes empresas, nunca conseguiremos aumentar de forma significativa a produtividade, as remunerações, base exportadora do país e o I&D".

Saturação fiscal

Depois de abordar o papel da AIP no contexto da ajuda aos empresários JEC questiona-se sobre se Portugal tem "capacidade para atrair a deslocalização e a diversificação

das cadeias de valor que ocorre na economia mundial"; pergunta se o Governo tem capacidade para fazer alterações na constante "imprevisibilidade fiscal, na rigidez da legislação laboral inadequada à actual revolução tecnológica e à economia do conhecimento" e se há capacidade política para se resolver um conflito existente há muitos anos entre as necessidades de crescimento do país e a inflexibilidade da protecção ambiental.

Por fim aborda um tema que tem sido constante na maior das suas intervenções, que é a saturação fiscal que castiga cada vez mais os sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa. "Existe nas empresas e nos trabalhadores uma manifesta atitude de saturação fiscal. Chegou-se ao limite e começou-se a dar importância à avaliação que os contribuintes fazem da utilização dos recursos que cedem ao Estado. Poderá haver redução de impostos sem contenção ou diminuir a despesa pública? Andamos anos a defender excedentes orçamentais e achamos que essa era uma prioridade da política orçamental dada a dimensão da dívida pública e do fraco investimento público que ocorreu. Agora desvaloriza-se esse objectivo e enfatiza-se outras dimensões da política orçamental. Qual será o comportamento e a trajectória da despesa pública quando se constata que a mudança ou a reprodução do poder político assenta na satisfação das exigências de dois estratos sociais: reformados e funcionários públicos. Os grupos sociais mais dinâmicos da sociedade e as empresas não constituem prioridade".

PUBLICIDADE

empresasdoribatejo.pt

O seu negócio é a sua **marca**.

Uma parceria com **O MIRANTE**

Online



Anuncie para a região,
para o país e para o mundo